

**FORMULÁRIO DE ANÁLISE PARA PROPOSIÇÃO DE ATO NORMATIVO**

|                               |   |   |   |
|-------------------------------|---|---|---|
| <b>Processo nº:</b>           | 00058.500830/2017-23  | <b>Unidade Responsável (Sigla):</b>         | GERE/SRA  |
| <b>Assunto do normativo:</b>  | Proposta de Revisão da Resolução nº 355, de 17/03/2015.                     |   |   |
| <b>Tipo de ato normativo:</b> | <input type="checkbox"/> Novo   | <input checked="" type="checkbox"/> Revisão | <input type="checkbox"/> Adequação Legal, em função do art. 47, I, da Lei da ANAC |
| <b>Origem da demanda:</b>     | <input checked="" type="checkbox"/> Interna:<br>Diretoria Colegiada da ANAC | <input type="checkbox"/> Externa:           |   |

**1) Descreva o problema (atual ou futuro) que se pretende solucionar**

A proposta de revisão normativa vem atender à solicitação exarada no voto do Diretor-Relator do processo nº 00058.053417/2016-85, Voto DIR/RF, de 13/12/2016, em que se requer que a área técnica proponha adequações à Resolução nº 355/2015 com vistas a explicitar que a análise de pedido de reequilíbrio possa ser realizada, pontualmente, em relação a eventos específicos:

*Em adendo, cabe menção à petição consignada pela Concessionária, em sustentação oral, durante a 17ª Reunião Deliberativa da Diretoria Colegiada, ocorrida em 26/7/2016. Tal petição requereu a análise conjunta dos eventos trazidos pelo Pedido de Revisão Extraordinária. Neste ponto, adoto o entendimento da área técnica de que o pedido subsidiário apresentado pela Interessada na Carta s/n, de 25/8/2016, substitui, no mérito, àquela solicitação inicial. Desse modo, entende-se que a Concessionária admite que os 21 anexos constantes do Pedido de Revisão Extraordinária, cada qual representando potenciais dispêndios ou alegadas perdas de receitas pelos mais variados motivos, possam ser analisados e julgados de acordo com a motivação ou tipificação dos eventos apresentados na petição original. Observa-se que este já é o procedimento de análise adotado pela área técnica da Agência e que a manifestação protocolizada pela recorrente na ANAC em 25/8/2016 supre a recomendação exarada pela Procuradoria Federal junto à ANAC na Nota nº 00001/2016/SUB/PFANAC/PGF/AGU, de 22/11/2016, sobre a necessidade de estabelecimento de consenso com o recorrente para a análise e julgamento dos argumentos que compõem o pedido de revisão extraordinária.*

*Por fim, considerando os argumentos apresentados pela SRA no sentido de que a análise de pedido de reequilíbrio possa ser realizada pontualmente, em relação a eventos específicos, solicito à área técnica que adeque, no prazo de 30 dias, os termos da Resolução nº 355, de 17/3/2015, no que tange ao procedimento dos pedidos de Revisão Extraordinária dos contratos de concessão de infraestrutura aeroportuária federal, avaliando inclusive a possibilidade de se exigir que as concessionárias protocolem pleitos separados para cada evento.*

Assim, esta área técnica, em cumprimento à determinação da Diretoria da ANAC, propõe alterações pontuais na Resolução nº 355/2015 a fim de sanar as questões

decorrentes da análise dos eventos que compõe os pedidos de revisão extraordinária apresentados pelas Concessionárias.

2) Quais foram as alternativas consideradas para a resolução do problema? Explique brevemente cada (mínimo 2 opções, máximo 5). Indique e justifique a alternativa escolhida.

1º) Não propor adequações à Resolução nº 355/2015.

2º) Propor adequações à Resolução nº 355/2015.

A alternativa escolhida foi a nº 2: propor para deliberação da diretoria alterações pontuais na Resolução nº 355/2015 que visam sanar as questões decorrentes da análise dos eventos que compõe os pedidos de revisão extraordinária apresentados pelas Concessionárias.

3) Como o ato proposto resolverá o problema descrito no item 1?

As alterações propostas visam:

- Esclarecer que os eventos que compõem um pedido de revisão extraordinária podem ser analisados e decididos de forma individual ou conjunta de acordo com a motivação ou tipificação de cada um, evitando questionamentos sobre o assunto;
- Racionalizar o tratamento das informações (públicas e sigilosas), garantindo a publicidade e transparência dos pedidos de revisão.

4) Como será feita a implantação da norma e como essa implantação será acompanhada?

|      | Ações                                     | Prazo    | Acompanhamento                       |
|------|---|----------|--------------------------------------|
| ANAC | Envio de Ofício Circular aos interessados | Imediato | Não há necessidade de acompanhamento |

5) Quais são os dispositivos legais que autorizam a ANAC a regulamentar o assunto?

Art. 11, incisos IV e V, da Lei nº 11.182, de 27 de setembro de 2005;  
art. 20 do Decreto nº 7.205, de 10 de junho de 2010;  
art. 18 do Decreto nº 7.624, de 22 de novembro de 2011.

6) O regulamento proposto afetará outras áreas da Agência? Quais? Essas áreas foram contatadas? Como se posicionaram sobre o assunto?

O normativo não afetará demais áreas da Agência.

7) Existem outros órgãos/entidades afetados com a edição da norma? NÃO

|                          |        |                          |        |                          |                 |                          |                 |
|--------------------------|--------|--------------------------|--------|--------------------------|-----------------|--------------------------|-----------------|
| <input type="checkbox"/> | ANVISA | <input type="checkbox"/> | COMAER | <input type="checkbox"/> | Polícia Federal | <input type="checkbox"/> | Receita Federal |
|--------------------------|--------|--------------------------|--------|--------------------------|-----------------|--------------------------|-----------------|

|                          |         |  |
|--------------------------|---------|--|
| <input type="checkbox"/> | Outros: | Infraero e outros operadores de aeródromos |
|--------------------------|---------|--|

Esses órgãos/entidades foram contatados? Como se posicionaram sobre o assunto?

8) O problema ou assunto já foi regulamentado em outros países?

|                          |     |        |  |
|--------------------------|-----|--------|--|
| <input type="checkbox"/> | SIM | Quais? |  |
|--------------------------|-----|--------|--|

|                                     |     |  |  |
|-------------------------------------|-----|--|--|
| <input checked="" type="checkbox"/> | NÃO |  |  |
|-------------------------------------|-----|--|--|

9) Existem normas vigentes no país, correlatas ao assunto?

|                          |     |        |  |
|--------------------------|-----|--------|--|
| <input type="checkbox"/> | SIM | Quais? |  |
|--------------------------|-----|--------|--|

|                                     |     |  |  |
|-------------------------------------|-----|--|--|
| <input checked="" type="checkbox"/> | NÃO |  |  |
|-------------------------------------|-----|--|--|

10) Descreva qualitativamente e, se possível, quantitativamente os **custos** do ato.

Não haverá custos adicionais na implementação da norma. Seu objetivo é apenas esclarecer método de análise dos pedidos de reequilíbrio já em prática pela Superintendência de Regulação Econômica.

11) Descreva qualitativamente e, se possível, quantitativamente os **benefícios** do ato.

Os benefícios consistem em permitir análise e conclusão mais célere dos eventos que compõem o pedido de revisão extraordinária dos Contratos de Concessão. Além disso, buscase, ainda, racionalizar o tratamento das informações, garantindo a publicidade e transparência dos pedidos de revisão.

12) Descreva os possíveis efeitos do ato proposto, conforme tabela abaixo.

|  | Efeitos positivos | Efeitos negativos |
|--|-------------------|-------------------|
| Empresas de transporte aéreo regular       | Não afetará       | Não afetará       |
| Empresas de transporte aéreo não regular   |                   |                   |
| Empresas de serviços aéreos especializados |                   |                   |

|  |             |             |
|--|-------------|-------------|
| Prestadores de serviços auxiliares ao transporte aéreo |             |             |
| Operadores de Aeródromos                               | Não afetará | Não afetará |
| Fabricantes de Aeronaves                               | Não afetará | Não afetará |
| Fabricantes de peças e componentes aeronáuticos        |             |             |
| Proprietários de aeronaves                             |             |             |
| Empresas de manutenção aeronáutica                     |             |             |
| Mecânicos  |             |             |
| Escolas e Centros de Treinamento                       |             |             |
| Tripulantes  |             |             |
| Passageiros  |             |             |
| Comunidades  |             |             |
| Meio ambiente  |             |             |
| Serviço Público  |             |             |

13) Discorra sobre como se dará o processo de monitoramento do ato normativo.

Não há que se falar em monitoramento decorrente da aplicação das alterações normativas propostas.